

Pedidos de seguro-desemprego caem 10,6% em setembro

Governo já renegociou R\$ 30 bilhões em dívidas este ano

Até agosto, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já renegociou quase R\$ 30 bilhões em dívidas de empresas, nos termos da Lei do Contribuinte Legal (Lei 13.988/2020), que entrou em vigor em novembro do ano passado, a partir da regulamentação da Medida Provisória (MP) 899/2020.

A informação é do procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, ao participar de uma live, promovida pelo Ministério da Economia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sobre as oportunidades de regularização de dívidas e os projetos de retomada fiscal e econômica do país.

A lei regulamenta a transação tributária, prevista no Artigo 171 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), para beneficiar diferentes perfis de devedores, como optantes pelo Simples Nacional e titulares de operações de créditos rurais e fundiários, além das pessoas físicas e jurídicas em geral. O mecanismo, segundo Soriano, é uma alternativa fiscalmente mais justa à prática de parcelamentos especiais, os chamados Refis, que acabam desestimulando o pagamento de obrigações tributárias em dia.

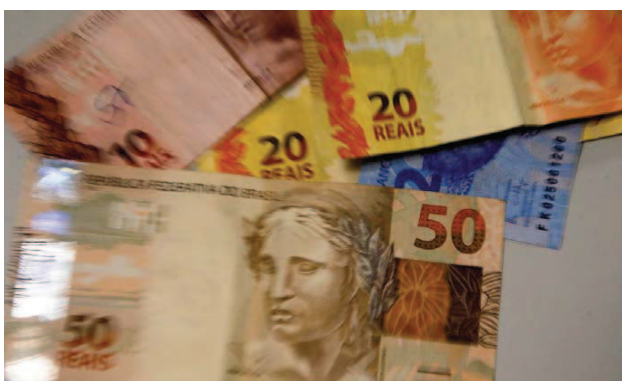
“A gente vem fazendo propaganda da lei porque ela efetivamente é inovadora, porque traz condições muito mais favoráveis ao contribuinte do que as condições normais de negociação de

uma dívida. Ela facilitou a necessidade de diálogo do setor público com setor privado”, disse Soriano. “Temos o dever de cobrar e dar aplicação à lei de tributos e impostos porque servem para estruturar a sociedade, mas essa cobrança não pode levar ao sufocamento dessa mesma sociedade”, completou.

De acordo com ele, desde que foi iniciada a possibilidade da transação tributária, a PGFN fez quase 80 mil acordos, envolvendo cerca de 300 mil débitos inscritos em dívida ativa da União, levando à negociação de quase R\$ 30 bilhões. As condições de renegociação, como descontos e parcelamentos, variam conforme o volume de dívidas, em diferentes modalidades de transação, para contribuintes e empresas de todos os portes.

Atualmente o órgão oferece seis modalidades diferentes de acordos de transação. Para conhecê-las e fazer simulações, basta acessar o portal Regularize, da PGNF.

Em junho deste ano, por exemplo, a PGFN criou a modalidade Transação Excepcional, para atender empresas afetadas pela pandemia da covid-19. Nesse caso, para dívidas até R\$ 150 milhões, a transação amplia



o prazo de pagamento das prestações, com entrada de 4% da dívida, que pode ser parcelada em até 12 vezes.

Dívidas com a Receita

A transação tributária, no âmbito da PGFN, pode ser feita para débitos já inscritos em dívida ativa ou em fase de execução judicial. Já as renegociações relacionadas ao contencioso administrativo, antes de estar na dívida ativa, são de competência da Receita Federal.

Nesse caso, são dívidas de empresas que já estão em discussão nas delegacias de julgamento da Receita ou no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Toda negociação é feita de forma eletrônica, por meio do centro virtual de atendimento da Receita, o e-CAC. “O empresário que estiver nessa situação tem a possibilidade de entrar em contato com o contador e fazer as simulações necessárias e que se adequem à capacidade fi-

nanceira da empresa”, disse o subsecretário de Arrecadação da Receita Federal, Frederico Faber.

Os descontos são progressivos, de acordo com as condições de pagamento, em parcelamentos de 12 a 60 meses. A entrada também é facilitada e pode ser dividida de cinco a oito vezes.

Faber explicou que a renegociação atende micro e pequenas empresas, exceto Simples Nacional. Para atender aqueles que estão no Simples, houve a necessidade de um projeto complementar, que foi sancionado em agosto. Agora, a regulamentação está sendo discutida no Comitê Gestor do Simples Nacional.

Ainda assim, segundo Faber, várias atividades de empresas enquadradas no Simples são feitas por fora, como o pagamento de obrigações previdenciárias. Nesse caso, pode ser feita a renegociação do contencioso de pequeno valor.

(Ag. Brasil)

No acumulado do ano, total de requerimentos subiu 5,7%

Depois de dispararem no primeiro semestre por causa da pandemia do novo coronavírus, os pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores com carteira assinada continuam a cair no segundo semestre. Em setembro, o total de pedidos recuou 10,6% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Desde o início de junho, o indicador está em queda. Em setembro, 466.255 benefícios de seguro-desemprego foram requeridos, contra 521.572 pedidos registrados no mesmo mês de 2019. Ao todo, 61,8% dos benefícios foram pedidos pela internet no mês passado, contra apenas 2,9% em setembro de 2019.

O levantamento foi divulgado pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, e considera os atendimentos presenciais – nas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e das Superintendências Regionais do Trabalho – e os requerimentos virtuais.

Acumulado

Apesar da queda em setembro, os pedidos de seguro-desemprego continuam em alta no acumulado do ano, tendo somado 5.451.312, de 2 janeiro a 30 de setembro de 2020. O total representa aumento de 5,7% em relação ao acumulado no mesmo período do ano passado, que totalizou 5.157.026.

No acumulado do ano, 56,1% dos requerimentos de seguro-desemprego (3.059.828) foram pedidos pela internet, pelo portal gov.br e pelo aplicativo da carteira de trabalho digital; 43,9% dos benefícios (2.391.484) foram pedidos presencialmente. No mesmo período do ano passado, 98,3% dos requerimentos (5.068.033)

tinham sido feitos nos postos do Sine e nas superintendências regionais e apenas 1,7% (88.993) tinha sido solicitado pela internet.

Perfil

Em relação ao perfil dos requerentes do seguro-desemprego na primeira quinzena de setembro, a maioria é do sexo masculino (60%). A faixa etária com maior número de solicitantes está entre 30 e 39 anos (33,5%) e, quanto à escolaridade, 59,4% têm ensino médio completo. Em relação aos setores econômicos, os serviços representaram 42,4% dos requerimentos, seguido pelo comércio (26,8%), pela indústria (14,8%) e pela construção (9,5%).

Os estados com o maior número de pedidos foram São Paulo (140.854), Minas Gerais (51.541) e Rio de Janeiro (36.430) e os que tiveram maior proporção de requerimentos via web foram Acre (96,2%), Sergipe (87,4%) e Tocantins (85,9%).

Atendimento

Embora os requerimentos possam ser feitos de forma 100% digital e sem espera para a concessão do benefício, o Ministério da Economia informou que alguns trabalhadores podem estar aguardando a reabertura dos postos do Sine, administrados pelos estados e pelos municípios, para darem entrada nos pedidos.

O empregado demitido ou que pediu demissão tem até 120 dias depois da baixa na carteira de trabalho para dar entrada no seguro-desemprego. Por causa da pandemia de covid-19, os postos do Sine passaram a investir em atendimento remoto para evitar aglomerações.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Reduto - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 35/2020, para aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Reduto/MG, sendo a abertura dos envelopes dia 23/10/2020, às 09:00 horas. O edital e maiores informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações, de 13:00 às 17:00 horas, telefone (33) 3378-4155. E-mail analucialicitacoes@yahoo.com.br. Ana Lúcia Pereira Baia, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2020 - RERRATIFICAÇÃO Nº 02 - Dispõe sobre alteração do ITEM X e ANEXOS I e VIII do Edital, em virtude da adoção de medidas de precaução para realização das provas, frente à pandemia COVID-19, bem como alteração nos horários de sua realização. Realização das Provas (Objetiva de Múltipla Escolha e Prática): 29/11/2020; Envio/Protocolo dos Títulos: Até 15/12/2020. Maiores informações, bem como a íntegra do Edital Atualizado, na Sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 50, Centro, CEP 36930-000, Simonésia/MG - Horário de expediente, exceto aos sábados, domingos e feriados: 8h às 11h30 e 13h às 17h - Telefone (33) 3336-1235 - e-mail gabinete@simonesia.mg.gov.br - e no site da empresa organizadora - www.exameconsultores.com.br. Laerte Augusto de Souza - Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL - O Município de Matipó/MG torna pública a abertura do Processo nº 146/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 58/2020, na forma Registro de Preços com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Registro de preços para a aquisição de materiais médicos hospitalares para o Município de Matipó/MG. Credenciamento e abertura dos envelopes: 26/10/2020 às 09:00 hrs. Local: Praça da Independência, nº 242, Centro, Matipó/MG, CEP: 35.367-000. Informações pelo telefone (31) 3873-1680. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima. Helenice Rodrigues Brandão - Pregocira.

PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE

SUA EVOLUÇÃO É INVESTIR EM EDUCAÇÃO

NO MÊS DO PROFESSOR
50%
DE DESCONTO

DE R\$ 99,00 POR APENAS
49,50
/MÊS
VALOR ESPECIAL PARA PROFESSORES

15/10 DIA DO PROFESSOR

0800 591 0700 / (33) 3329-2500
www.faveni.edu.br

GRUPO EDUCACIONAL
FAVENI

CONSULTE O REGULAMENTO

CURSO MEC